INCLUINDO A ELABORAÇÃO, COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADE DO PARECERISTA



APRESENTAÇÃO

A manifestação jurídica desempenha papel fundamental na orientação e no embasamento de decisões na Administração Pública. Daí porque a importância de que seja ao mesmo tempo bem fundamentada, clara e objetiva a fim de que seja devidamente compreendida pelos agentes públicos.

Não é exagerado afirmar que o impacto do parecer jurídico excede à esfera técnica e que tem desdobramentos sociais na medida em que, muitas vezes, fundamenta a tomada de decisões que resultam na implementação de políticas públicas.

Devido à relevância da manifestação jurídica, o Tribunal de Contas da União considera possível a resp<mark>onsa</mark>bilizar o autor do parecer jurídico que "não esteja fundamentado em razoável interpretação da lei, contenha grave ofensa à ordem pública ou deixe de considerar jurisprudência pacificada do TCU" (Acórdão 13375/2020-1ª Câmara).

Considerando a importância da manifestação jurídica, desenvolvemos uma capacitação inovadora com o objetivo de abordar os principais pontos de dúvidas que permeiam a atividade de procuradorias e assessorias jurídicas de todas as esferas da Administração quando da emissão de pareceres jurídicos.

Nesta capacitação, serão abordados temas como elementos do parecer jurídico, sua natureza jurídica, espécies de parecer jurídico, realização de diligências pelo parecerista, divergência de entendimentos na assessoria jurídica, responsabilidade do parecerista, questões práticas e jurídicas do parecer em matéria de licitações e contratos e muito mais!

Quer emitir pareceres jurídicos bem fundamentados e assertivos e que contribuam para a eficiência de seu órgão ou entidade? Então, vem se capacitar com a Inove!

OBJETIVO

Tratar dos principais pontos que permeiam a atuação jurídica consultiva na Administração Pública e capacitar os participantes a elaborar manifestação consultiva com segurança jurídica, atendendo as demandas da Administração dentro da legalidade e nos limites praticados pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União.



INCLUINDO A ELABORAÇÃO, COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADE DO PARECERISTA



PÚBLICO-ALVO

Advogados, Procuradores, Assessores e Consultores Jurídicos e demais profissionais interessados que exerçam consultoria e assessoramento jurídico em todas as esferas da Administração Pública direta e indireta, inclusive empresas estatais.

■ DESTAQUES DO CONTEÚDO

- Natureza jurídica do parecer
- · Assessoramento jurídico como segunda linha de defesa
- Pareceres referências, orientações normativas internas e minutas padronizadas
- · Apreciação pelo parecerista de ETP, TR e pesquisa de preços



INCLUINDO A ELABORAÇÃO, COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADE DO PARECERISTA



PROFESSORES



Daniel Barral

Procurador Federal da Advocacia-Geral da União no Brasil (AGU), com atuação na consultoria e assessoramento de gestores federais nas áreas de contratações públicas e concessões de serviços públicos. Ocupou diversos cargos como o de Subprocurador-Geral na matéria administrativa na Procuradoria Federal junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres, de Secretário de Coordenação de Transportes da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos da Casa Civil da Presidência da República do Brasil, Subprocurador-Geral Federal da Procuraria-Geral Federal e de

Secretário-Executivo Adjunto da Secretaria Geral da Presidência da República do Brasil, entre outros. Atualmente ocupa o cargo de Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (PFE-ANPD). É Mestre em Direito Público na Universidade Nova de Lisboa (Nova School of Law), especialista em Direito Público pela Universidade Anhanguera-Uniderp e em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). É Membro do Instituto de Direito Administrativo Sancionador Brasileiro - IDASAN, do Instituto Nacional da Contratação Pública - INCP, Coautor do livro Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Fórum, 2022) e Professor na área de licitações e contratos administrativos.



Rafael Mota

Servidor público federal, já foi Gerente de Licitações e Contratos da ANTAQ e Coordenador-Geral da Central de Compras do ME, além de pregoeiro e presidente de CPL. É autor, consultor e palestrante, com mais de 20 anos de experiência em gestão de riscos e compras públicas. Pós-graduado em Gestão Pública pelo IBMEC e em Business Intelligence & Analytics pela Conquer Business School. Certificado em Liderança pela Dale Carnegie e em Governança, Riscos e Compliance pela KPMG. Elevou o nível de governança das contratações da ANTAQ do nível inicial (388º lugar) para o mais aprimorado (13º melhor), segundo medição do TCU.



INCLUINDO A ELABORAÇÃO, COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADE DO PARECERISTA



TONTEÚDO PROGRAMÁTICO

MÓDULO 1 – FUNDAMENTOS DA ATIVIDADE CONSULTIVA EM CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Unidade 1: Aspectos Gerais da Consultoria Jurídica em Licitações e Contratos

- Evolução histórica do papel consultivo nas contratações públicas brasileiras
- Panorama comparativo: assessoramento jurídico em diferentes sistemas jurídicos
- Diferenciação entre atividade consultiva e contenciosa
- Disposições constitucionais sobre a advocacia pública
- Previsões específicas para contratações na Lei nº 14.133/2021
- Normativos internos dos órgãos de assessoramento jurídico

MÓDULO 2 – PARECERES JURÍDICOS EM CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Unidade 1: Natureza Jurídica e Estrutura dos Pareceres

- As espécies de parecer jurídico e seus reflexos
- · Dos pareceres obrigatórios e facultativos
- A ausência de parecer obrigatório e suas consequências jurídicas
- O parecer jurídico nas licitações e contratos
- Natureza jurídica
- · Enquadramento legal
- · Competência legal
- Requisitos do parecer jurídico
- Forma e formalidades (Preâmbulo, ementa, relatório, fundamentação e conclusão)
- Elementos obrigatórios e facultativos
- · Da linguagem jurídica simples
- · Boas práticas consultivas
- · Cuidados práticos

Unidade 2: Tipologia de Pareceres na Nova Lei de Licitações

- Pareceres: características e aplicabilidade
- · Pareceres parametrizados: metodologia e eficiência
- Pareceres referenciais: estruturação e impactos na celeridade processual
- Análise comparativa dos diferentes tipos e seus efeitos práticos

Unidade 3: Manifestações Jurídicas Complementares

- · Notas técnicas e despachos jurídicos
- Orientações jurídicas e respostas a consultas
- Manifestações em processos administrativos específicos



INCLUINDO A ELABORAÇÃO, COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADE DO PARECERISTA



■ CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

• Manifestações em sistemas eletrônicos de contratação

MÓDULO 3 – UNIFORMIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA ATIVIDADE JURÍDICA

Unidade 1: Mecanismos de Uniformização Jurídica

- Enunciados e orientações normativas
- · Súmulas administrativas
- · Sistemas de precedentes administrativos
- · Gestão do conhecimento jurídico

Unidade 2: Integração com o Planejamento das Contratações

- · Assessoramento jurídico no plano anual de contratações
- Participação da assessoria jurídica nos estudos técnicos preliminares
- Integração com o gerenciamento de riscos das contratações
- · Atuação jurídica preventiva no ciclo da contratação

Unidade 3: Padronização e Eficiência

- Minutas-padrão e checklists jurídicos
- Fluxos processuais otimizados
- Mecanismos de controle de qualidade das manifestações
- Indicadores de desempenho da assessoria jurídica

MÓDULO 4 – RESPONSABILIDADE JURÍDICA NA NLLC

Unidade 1: Regime de Responsabilidade do Parecerista

- Análise detalhada do art. 169 da Lei nº 14.133/2021
- Diferenciação entre responsabilidade técnica e administrativa
- Natureza opinativa versus vinculativa das manifestações
- Escopo de análise e dever de motivação

Unidade 2: Jurisprudência sobre Responsabilidade do Parecerista

- Evolução da jurisprudência do STF e TCU
- Análise dos precedentes fundamentais (MS 24.631, MS 24.584, MS 35.196)
- Diferenciação entre erro grosseiro, dolo e culpa
- Estudo de casos paradigmáticos



INCLUINDO A ELABORAÇÃO, COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADE DO PARECERISTA



TONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade 3: Mecanismos de Proteção e Defesa

- Instrumentos de prevenção de responsabilização indevida
- Técnicas de fundamentação para redução de riscos
- Seguro de responsabilidade civil profissional
- Defesas administrativas e judiciais do parecerista

MÓDULO 5 – LIMITES DE ATUAÇÃO JURÍDICA

Unidade 1: Análise dos Vetos do Art. 53 da NLLC

- · Contextualização dos vetos presidenciais
- Implicações práticas dos dispositivos vetados
- Interpretação sistemática pós-vetos
- Impactos na segurança jurídica do parecerista

Unidade 2: Delimitação da Competência Técnico-Jurídica

- Diferenciação entre análise jurídica e análise técnica
- · Limites da atuação em aspectos discricionários
- · Alcance do controle de juridicidade
- Dever de deferência técnica e suas exceções

Unidade 3: Análise de Formalidades e Conformidade Jurídica

- Escopo da análise de formalidades procedimentais
- · Verificação de conformidade jurídica versus mérito administrativo
- · Limites entre recomendações e determinações
- Técnicas de elaboração de recomendações efetivas

MÓDULO 6 – PAPEL JURÍDICO NA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E INTEGRIDADE CONTRATUAL

Unidade 1: Assessoramento na Prevenção de Litígios

- Identificação de potenciais controvérsias na fase pré-contratual
- Elaboração de cláusulas preventivas de litígios
- · Assessoramento em negociações prévias
- · Pareceres em situações potencialmente litigiosas



INCLUINDO A ELABORAÇÃO, COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADE DO PARECERISTA



TONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade 2: Mecanismos Alternativos de Solução de Controvérsias na NLLC

- Conciliação e mediação em contratos administrativos
- Comitês de resolução de disputas
- · Arbitragem na administração pública
- Papel do assessor jurídico nos MASCs

Unidade 3: Integridade Contratual e Compliance

- Função jurídica nos programas de integridade
- Análise de riscos de corrupção e fraude
- · Assessoramento em procedimentos de due diligence
- Protocolos jurídicos para manutenção da integridade contratual

Unidade 4: Ferramentas Tecnológicas para o Assessoramento Jurídico

- · Sistemas de gestão de manifestações jurídicas
- Ferramentas de pesquisa jurídica avançada
- · Inteligência artificial aplicada à consultoria jurídica
- · Automação de rotinas jurídicas em contratações

MÓDULO 7 – FUNDAMENTOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA O PROFISSIONAL DO DIREITO Unidade 1: O que é Inteligência Artificial e como ela "pensa"?

official e como ela pensa :

- Desmistificando a IA: conceitos essenciais (Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais) de forma acessível para não-especialistas.
- Diferença entre IA Generativa (como o ChatGPT, Gemini, etc.) e outras IAs.
- O potencial da IA para a pesquisa, análise e produção jurídica.

Unidade 2: O Ecossistema de Ferramentas de IA para a Área Jurídica

- Panorama das principais ferramentas disponíveis no mercado (nacionais e internacionais).
- Categorias de ferramentas: pesquisa de jurisprudência, jurimetria, análise e gestão de processos, automação de documentos e assistentes de redação.
- Foco em ferramentas com maior aplicabilidade ao Direito Administrativo.

Unidade 3: Perguntas e Respostas



INCLUINDO A ELABORAÇÃO, COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADE DO PARECERISTA



TONTEÚDO PROGRAMÁTICO

MÓDULO 8 – A IA COMO FERRAMENTA DE PESQUISA E FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Unidade 1: Engenharia de Prompts: A Arte de "Conversar" com a IA

- Princípios fundamentais para a criação de comandos (prompts) eficazes.
- Técnicas para obter respostas mais precisas e juridicamente relevantes.
- Como contextualizar a IA com a legislação e os fatos do caso concreto (licitações, contratos, processos disciplinares, etc.).
- Atividade Prática: Exercícios de elaboração de prompts para pesquisa de doutrina e jurisprudência em casos hipotéticos de Direito Administrativo.

Unidade 2: Otimizando a Pesquisa de Jurisprudência e Doutrina com IA

- Utilização de IAs para encontrar teses e julgados específicos.
- Como pedir à IA para resumir acórdãos, identificar a ratio decidendi e comparar diferentes posicionamen<mark>tos</mark> jurisprudenciais.
- · Busca por legislação e doutrina aplicável a temas complexos do Direito Administrativo.

Unidade 3: Análise e Validação da Informação Gerada por IA

- Os riscos das "alucinações" e da informação desatualizada.
- Estratégias e ferramentas para checagem e validação das fontes.
- A importância da supervisão humana qualificada.

MÓDULO 9 – DA PESQUISA À MINUTA: ELABORAÇÃO ESTRUTURADA DE PARECERES COM IA

Unidade 1: Estruturando o Parecer com o Apoio da IA

- Utilização da IA para gerar o esqueleto do parecer (relatório, fundamentação, conclusão).
- Como solicitar à IA a organização dos argumentos de forma lógica e coerente.

Unidade 2: Redação e Aprimoramento de Cláusulas e Argumentos

- Técnicas para usar a IA na elaboração dos tópicos da fundamentação.
- Refinando a redação: como pedir à IA para melhorar a clareza, a concisão e a coesão do texto.
- Explorando diferentes abordagens argumentativas para um mesmo problema.
- Atividade Prática: Utilizar uma IA para redigir a fundamentação de um parecer sobre um caso prático (ex: análise de edital, dispensa de licitação, defesa em processo administrativo).

Unidade 3: Revisão e Análise Crítica do Texto Gerado

• Como utilizar a IA para revisar a gramática e o estilo do texto.



INCLUINDO A ELABORAÇÃO, COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADE DO PARECERISTA



TONTEÚDO PROGRAMÁTICO

• A importância da análise crítica do procurador/assessor para garantir a precisão técnica, a adequação ao caso e a conformidade com o entendimento da instituição.

MÓDULO 10 – ASPECTOS ÉTICOS, LIMITAÇÕES E O FUTURO DA ADVOCACIA PÚBLICA

Unidade 1: Ética e Responsabilidade no Uso de IA na Advocacia Pública

- Sigilo e confidencialidade: os perigos de inserir dados sensíveis em IAs públicas.
- · A responsabilidade profissional sobre o conteúdo gerado pela IA.
- O papel da OAB e das corregedorias.
- Diretrizes para o uso seguro de ferramentas de IA no ambiente de trabalho.

Unidade 2: Limitações Atuais da IA e o Papel Insubstituível do Jurista

- •O que a IA (ainda) não faz: o raciocínio complexo, a análise estratégica, a empatia e o juízo de valor.
- A IA como ferramenta de auxílio e não de substituição.
- · Valorização das competências humanas na era da inteligência artificial.

Unidade 3: O Futuro da Advocacia Pública e Próximos Passos

- Tendências e o que esperar para os próximos anos.
- · Como se manter atualizado.
- Encerramento, avaliação do curso e espaço final para dúvidas.



INCLUINDO A ELABORAÇÃO, COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADE DO PARECERISTA



PROGRAMAÇÃO GERAL



Híbrido em Brasília - DF



03, 04 e 05 de dezembro de 2025



Das 8:30 às 17:30 (horário de Brasília)



24 horas de capacitação

PRESENCIAL R\$4.99000 Material didático exclusivo Inove Material complementar dos palestrantes Certificado de capacitação profissional

6 coffee breaks

Kit Inove

ONLINE

Material didático da aula para download

Material complementar dos palestrantes

Certificado de capacitação profissional

100% online e com interação junto aos professores

Acesso às gravações por 30 dias

PAGAMENTO

O respectivo pagamento será realizado em nome de INOVE EVENTOS E TREINAMENTOS LTDA com o CNPJ nº 60.310.783/0001-31.



Banco do Brasil

Agência: 1443-5 C/C: 53725-X ou 53725-0

* Condições: O cancelamento da inscrição por parte do participante deverá ser realizado em no máximo 05 dias úteis antes da data de realização do curso online, sendo que após este prazo deverá haver a substituição do aluno ou solicitação de crédito no valor da inscrição para utilização posterior. Por motivos operacionais ou por falta de quórum, a Inove Soluções em Capacitação reserva-se ao direito de adiar, alterar a programação ou o palestrante, sem aviso prévio, por questões e razões de ordem superveniente. A inscrição será confirmada mediante envio da nota de empenho, ordem de serviço, autorização, depósito ou outra forma de comprovação do pagamento.

Cada link/senha de acesso à sala de aula virtual é exclusivo do aluno participante - não poderá ser compartilhado com terceiros. Também fica proibida a captação de som e imagens da aula e seu compartilhamento por quaisquer meios ou mídias.

* Requisitos para uma boa experiência com o curso: - Computador: Processador i3 - 3Ghz - Memória: 4GB RAM - Browser: Chrome ou Internet Explorer - Banda larga: 3 Mega - conexão via cabo (preferencialmente) ou wi-fi.

A Inove Soluções em Capacitação não se responsabiliza por falhas e problemas de conexão dos equipamentos utilizados pelo usuário.

